

VETO 17 - Não é hora de aumentar salário

Nota Técnica 17/2020

"Será uma travessia muito difícil até o Brasil voltar a crescer e começar a recuperar os empregos perdidos nessa crise. Para aqueles que têm a felicidade de mantê-los por lei, um verdadeiro oásis no deserto, seria no mínimo um gesto de solidariedade e união compartilhar uma pequena parte do sacrifício da Nação. Uma demonstração de que a crise, como o País, é de todos." Aod Cunha

O mundo passa por uma crise sanitária sem precedentes, cujos impactos econômicos atingem em cheio a economia brasileira, que já vinha em situação difícil. Convivendo com aproximadamente 8,9 milhões de empregos perdidos e 9 milhões de trabalhadores com salários reduzidos, existe uma categoria intocável no Brasil¹: os servidores públicos. Não bastasse a estabilidade e irredutibilidade salarial, alguns deputados ameaçam derrubar o veto 17.

O veto em questão não permite redução salarial ou mesmo demissão de servidores públicos. Ele faz somente o básico em um momento de grave crise econômica e sanitária: **impede o aumento de rendimentos até 31 de dezembro de 2021**. Veja-se, abaixo, o caminho de aumento do gasto com pessoal no passado recente, de acordo com o Ministério da Economia:



¹ Dados do Ministério da Economia

A razão que justifica o impedimento de aumento salarial até 2021 diz respeito à forma como se pretende utilizar a verba transferida aos Estados. Precisamos de ventiladores para os pacientes, hospitais de campanha, medicamentos e insumos. A verba do governo federal, portanto, não deve ser usada para aumentar o salário de quem já não vai perder renda e tem garantia de emprego.

O Livres entende que a derrubada do veto 17 choca-se não apenas com a realidade que enfrentamos, mas com qualquer critério de solidariedade diante do cenário que nos cerca. O veto também não afeta as carreiras essenciais diretamente envolvidas no combate à pandemia, como as enfermeiras, por exemplo. Seu mandamento essencial, ao contrário, impede que as carreiras dotadas de salários mais altos tenham aumentos substanciais **apenas até** o ano que vem.

Importante contextualizar, ainda, que a insustentabilidade das contas públicas é, em grande parte, resultado da rigidez dos gastos obrigatórios no orçamento público, entre eles justamente a folha salarial. Nesses casos, uma vez aumentados, os gastos obrigatórios acabam sendo um caminho sem volta, com impactos orçamentários de longo prazo.

Dada a escassez dos recursos, cada aumento do gasto obrigatório implica também um estrangulamento das verbas discricionárias, comprometendo a capacidade de execução de políticas públicas e até mesmo gastos básicos, como a manutenção de prédios públicos. Não faz sentido, portanto, antes de resolver o problema da falta de sustentabilidade da trajetória fiscal, promover aumentos de gastos obrigatórios.

O Brasil aumentou gastos para amortecer os impactos da pandemia, ao mesmo tempo que também reduziu drasticamente sua produtividade durante o período. A conta, no entanto, ainda precisa fechar e não há política pública que resista à irresponsabilidade fiscal.

Pela liberdade e pela responsabilidade,



LIVRES